

Nota Técnica

Abril 2017

As Fragilidades do Novo Modelo Atuarial do Regime Geral da Previdência Social

Organizadores

Claudio Alberto Castelo Branco Puty
Denise Lobato Gentil

Autores

Carlos Patrick Alves da Silva
Carlos Renato Lisboa Francês
Claudio Alberto Castelo Branco Puty
Denise Lobato Gentil
Eliane Cristina de Araújo
Marcelino Silva da Silva
Solon Venâncio de Carvalho

Copyright @ 2017 – **ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, SindCT - Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial e Fundação ANFIP - Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário**

AS FRAGILIDADES DO NOVO MODELO ATUARIAL DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA: O MODELO SUPERESTIMA A DESPESA E SUBESTIMA A RECEITA.

Na audiência pública da Comissão Especial da Reforma da Previdência realizada no dia 15 de março de 2017, representantes do Ministério da Fazenda entregaram, após meses de pressão e vários requerimentos de informação, um conjunto de três Avisos Ministeriais e uma planilha digital em Excell, que supostamente responderiam às inúmeras questões levantadas e encaminhadas àquele ministério por deputados daquela Comissão.

Após análise dos supracitados documentos e da planilha digital, conclui-se que estes **não são suficientes para responder boa parte dos questionamentos realizados ao Governo**. Era de se esperar que um modelo de projeção atuarial pudesse minimamente estimar os impactos socioeconômicos da reforma proposta pelo governo. Não é o que ocorre.

Continuam sem respostas as questões que se referem a como foram realizadas as projeções atuariais da proposta de reforma previdenciária e quais os seus impactos em termos de número de pessoas afetadas.

De forma mais detalhada temos os seguintes problemas nos documentos enviados à Comissão:

- O modelo utilizado pelo Governo para as projeções é apresentado somente de forma descritiva. Não há memória de cálculo das simulações apresentadas. A planilha digital entregue possui apenas um conjunto de dados, mas não os cálculos das projeções. Foi apresentado um conjunto de células sem fórmulas e sem indicação de como se chegou aos referidos resultados. Com isso, não é possível que se realize uma avaliação completa sobre como o Governo tem realizado suas projeções, que parta desde o desenvolvimento matemático do modelo, passe pela forma de implementação realizada e chegue aos resultados finais;
- Mais importante, o modelo do Governo **não descreve como foram realizados os cálculos para a projeção de receitas e despesas do RGPS com a aplicação da proposta de reforma previdenciária expressa na PEC287**. Este somente descreve as fórmulas de cálculo para as projeções do cenário chamado de “base”, ou seja, aquele que considera as regras atuais do RGPS. As probabilidades de uma pessoa entrar em benefício com determinada idade são variáveis chave no modelo. Porém, o modelo apresentado descreve apenas como realizar o cálculo baseado nos dados de concessões do passado observado, ou seja, as probabilidades para as regras atuais do RGPS. Este não descreve como são estimadas as probabilidades em função da proposta de reforma. Por exemplo, a probabilidade de uma pessoa entrar em benefício com determinada idade (65 anos)

e determinado tempo de contribuição (25 anos) são variáveis chaves no modelo para a quais ainda não se tem registro estatístico. Outro exemplo: a probabilidade de uma mulher na área rural receber pensão cujo valor varia de acordo com o tempo de união, idade e com o número de filhos. Todas essas possibilidades são novas e a falta de registro histórico não permite estabelecer as probabilidades para esses eventos.

- A planilha digital entregue possui um conjunto de dados, que se entende ser aqueles utilizados para o cálculo das projeções do Governo. A maior parte das informações foi obtida na base de dados do IBGE, principalmente da PNAD (2010-2014). Entretanto, sabe-se que em 2010 não houve PNAD e diversos dados estão sem informação de fonte.
- Chama atenção especial o fato de que a planilha digital não apresenta o conjunto de dados solicitados pelos deputados. **O conjunto de dados completos, chamado de conjunto de microdados, é essencial para que se possa estimar variáveis que sofrerão mudanças com a proposta de reforma**, como por exemplo, as probabilidades de entrada em benefício.

O MODELO DO GOVERNO SUPERESTIMA DESPESAS

- **O modelo aumenta artificialmente a despesa.** A partir de 2022 observa-se que o crescimento real do salário mínimo é maior do que o crescimento real do PIB previsto pelo modelo. Esse é um dos motivos pelos quais os gastos previdenciários, medidos em percentagem do PIB, sobem no longo prazo, indo de 8,26% PIB em 2017 para 17,2% em 2060.
- Ao manter esse padrão de correção do salário mínimo, as estimativas do modelo atuarial são contraditórias com as mudanças legislativas promovidas pelo próprio governo, como é o caso daquelas oriundas da aprovação da PEC do Teto dos Gastos.
- **As estimativas populacionais superestimam a população de idosos e subestimam a população de jovens, distorcendo os indicadores do mercado de trabalho.** O uso adequado de dados da PNAD requer ajustes de sexo, idade e região no cálculo dos pesos amostrais. Como o modelo do governo não realiza esses ajustes, **a população brasileira está mais envelhecida na PNAD do que nas Projeções Populacionais do IBGE.** Para se ter uma idéia da diferença entre as duas fontes, no ano de 2014, a distribuição da população segundo a projeção populacional 2000-2060 apontava uma população acima de 50 anos de 43,9 milhões de pessoas, enquanto a PNAD, 50,9 milhões, uma diferença de 7 milhões de pessoas nessa faixa etária. Isso certamente resultará em um aumento artificial das projeções de despesas previdenciárias.

-
- O modelo ignora a queda da taxa de crescimento da população idosa, verificada nas projeções do IBGE para o período 2012-2060. Em 2017 estamos no ápice da taxa de crescimento da população idosa. A partir de 2018, essa taxa entrará em declínio, o que impacta sobremaneira na queda da despesa com aposentadorias e pensões.

O MODELO DO GOVERNO SUBESTIMA AS RECEITAS

- **As estimativas populacionais também subestimam a receita previdenciária.** No modelo, as variáveis do mercado de trabalho são calculadas com base nos dados da PNAD de 2014. Para essas variáveis, com exceção da taxa de participação, foi adotada a hipótese de que elas se manteriam constantes ao longo do tempo. A taxa de urbanização e a taxa de ocupação, por exemplo, são mantidas no mesmo nível de 2014 para todos os anos projetados. Isso significa que a receita é uma simples função dos movimentos da população total estimada pelo IBGE, independente da dinâmica que possa vir a ocorrer no mercado de trabalho no que diz respeito à taxa de formalização, produtividade do trabalho, evolução do salário médio e nível de ocupação. Finalmente, sabemos que em 2014 a taxa de participação no mercado de trabalho se encontrava em nível baixo, afetando negativamente o número de contribuintes para o Regime Geral no longo prazo, e portanto, subestimando a receita previdenciária.

O governo argumenta que a reforma da previdência é uma necessidade advinda de um suposto déficit, mas ignora os impactos sobre o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário de medidas recentemente aprovadas no Congresso, notadamente a terceirização, além da proposta de reforma trabalhista, que seguramente impactarão negativamente as receitas do RGPS.



Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Zenaide Honório

Presidente
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Luís Carlos de Oliveira

Vice-presidente
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Josinaldo José de Barros

Secretário Nacional
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Alceu Luiz dos Santos

Diretor Executivo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Alex Sandro Ferreira da Silva

Diretor Executivo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Bernardino Jesus de Brito

Diretor Executivo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Carlos Donizeti França de Oliveira

Diretor Executivo
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Cibele Granito Santana

Diretor Executivo
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Mara Luzia Feltes

Diretora Executiva
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira

Diretora Executiva
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Nelsi Rodrigues da Silva

Diretor Executivo
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Diretor Executivo
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Raquel Kacelnikas

Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio

Diretor técnico

Patrícia Pelatieri

Coordenadora de pesquisas e tecnologia

Fausto Augusto Júnior

Coordenador de educação e comunicação

José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de relações sindicais

Angela Maria Schwengber

Coordenadora de estudos em políticas públicas

Rosana de Freitas

Coordenadora administrativa e financeira

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Clóvis Scherer (DIEESE); Frederico Barbosa de Melo (DIEESE); Joana Biava (DIEESE); Maria de Fátima Lage Guerra (DIEESE)

EQUIPE DE CRÍTICA

Fernando Junqueira (DIEESE); Helen Silvestre Fernandes (IAE/UGT); Leandro Horie (DIEESE); Marco Antônio Pereira (DIEESE); Natal Leo (Sindiapi/UGT); Ricardo Tamashiro (DIEESE); Vitor Pagani (DIEESE); Vitor Hugo Tonin (Intersindical); Tonia Galletti (Sindinap - Força Sindical)



SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília / DF
CEP: 70040-907
Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167
E-mail: info@anfip.org.br
www.anfip.org.br

CONSELHO EXECUTIVO

Vilson Antonio Romero

Presidente

Carmelina Calabrese

Vice-Presidente Executivo

Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Floriano Martins de Sá Neto

Vice-Presidente de Política de Classe

Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes

Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Misma Rosa Suhett

Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Creusa Dantas Gama

Vice-Presidente de Cultura Profissional

Dulce Wilennbring de Lima

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Renato Albano Junior

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Manoel Eliseu de Almeida

Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro

Vice-Presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

Carlos Alberto de Souza

Vice-Presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

João Alves Moreira

Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-Presidente de Comunicação Social

Maruchia Mialik

Vice-Presidente de Relações Públicas

João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo

Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Albenize Gatto Cerqueira

Marcia Irene Werneck

Maria Geralda Vitor

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz

AL - Lindenbergue Fernando de Almeida

AM - Cleide Almeida Nôvo

AP - Emir Cavalcanti Furtado

BA - José Antônio Moreira Icó da Silva

CE - Tereza Liduína Santiago Félix

DF - Maria José de Paula Moraes

ES - Rozinete Bissoli Guerini

GO - Crésio Pereira de Freitas

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MG - Ilva Maria Franca Lauria

MS - Isabel Nascimento Elias Pereira

MT - Benedito Cerqueira Seba

PA - Maria Oneyde Santos

PB - Maria dos Remédios Bandeira

PE - Rita de Cássia Cavalcanti Couto

PI - Lourival de Melo Lobo

PR - Ademar Borges

RJ - José Arinaldo Gonçalves Ferreira

RN - Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

RO - Francisco Raia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

RS - César Roxo Machado

SC - Luiz Carlos Aguiar da Silva

SE - Jorge Cezar Costa

SP - Sandra Tereza Paiva Miranda

TO - José Carlos Rego Moraes



Fundação ANFIP de
Estudos da Seguridade Social
e Tributário

SBN Quadra 01 Bloco H Edifício ANFIP Sala 45

CEP 70.040-907 / Brasília – DF

Telefone: (61) 3326-0676

fundacao@anfip.org.br

www.fundacaoanfip.org.br

CONSELHO CURADOR – MEMBROS TITULARES

Vilson Antonio Romero

Presidente

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Secretária

Jorge Cezar Costa

Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Décio Bruno Lopes

Manoel Eliseu de Almeida

Floriano Martins de Sá Neto

Durval Azevedo Sousa

1º Suplente

Carlos José de Castro

2º Suplente

CONSELHO FISCAL – MEMBROS TITULARES

Ercília Leitão Bernardo

Marluce do Socorro da Silva Soares

Tarciso Cabral de Medeiros

José de Carvalho Filho

1º Suplente

Terezinha Fernandes Meziat

2º Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão

Diretora Presidente

Maria Beatriz Fernandes Branco

Diretora Administrativa

Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva

Diretora Financeira

Neiva Renck Maciel

Diretora de Estudos e Projetos da Seguridade Social

José Roberto Pimentel

Diretor de Cursos e Publicações

Ana Lúcia Guimarães Silva

1º Suplente



DiEESSE



Fundação ANFIP de
Estudos da Seguridade Social
e Tributário

CT
SindCT

 **ANFIP**
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil